

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CAMPUS V - CAJAZEIRAS - PB.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

NO ENSINO DE: 9^o GRAU

CURSO DE PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO:

Supervisão escolar

LOCAL DO ESTÁGIO:

Colégio Siqueira do Bonfim

ANO 1985 PERÍODO 85.1

"As pontes servem para UNIR.

Tão diferentes dos rios, abismos que separam.

Quero ser ponte para que através de mim,

os outros cheguem à Deus".

(Aparecida de Carvalho)

ESTAGIÁRIA: Francisca Frany Ricarte Bezerra

Dedicatória. Ao meu pai Caetano Ricarte Beserra,
pelo muito que lutou para a nossa
educação.

Agradecimento À Joaquim Amorim da Silva
pela ajuda e colaboração.

S U M Á R I O

2. (1) - Apresentação

1. (2) - Identificação

3 - Desenvolvimento

4 - Conclusão

5 - Referências Bibliográficas

6 - Anexos

6.1 - Plano de ação

6.2 - Pauta de reunião

6.3 - Questionários

6.4 - Textos

2. A P R E S E N T A Ç Ã O

A prática de supervisão ocupa um papel preponderante no processo educativo. Embora o educador nunca esteja definitivamente "pronto", formado, pois sua preparação se faz no dia-a-dia, através da experiência e reflexão sobre a prática. Discutiremos aspectos relevantes dos conteúdos ministrados para a elaboração de uma proposta de reformulação de planos de ensino, coerentes com a formação do professor de 1º grau, de acordo com a PROPOSTA CURRICULAR. Definimos também propostas de ação coerentes com as conclusões dos estudos realizados e com a realidade da escola.

Neste estágio os elementos de reflexão e as alternativas de ação sugeridas representam o trabalho, de pessoas que a par de sua preparação teórica, possuem uma pequena experiência na respectiva área de atuação. Essa experiência no entanto, não faz com que revele as soluções apresentadas. Pelo contrário, consciente de que tudo que apresentei pode e merece ser aperfeiçoado.

Consideramos importante o aperfeiçoamento do trabalho educativo apresentei a proposta que foi executada para se chegar a ~~um~~ uma realidade concreta. Para isso necessário se fez desenvolver atividades dinâmicas, criativas e reflexivas. É através do conhecimento de técnicas, e experiências que o nosso trabalho produzirá.

1. IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Centro de Formação de Professores

Campus V - Cajazeiras - Paraíba

Professora Orientadora: Raimunda de Fátima Neves

Estagiária: Francisca Francy Ricarte Beserra

Habilitação: Supervisão Escolar

Instituição do estágio: Colégio Senhor do Bonfim Icó - CE;

D E S E N V O L V I M E N T O

"As ações educacionais não são neutras. Não há professor neutro ou escola neutra. Ou defende os interesses do Estado , ou interesses próprios ou interessa ao homem como pessoa".

(Mundo Jovem - 146)

Foi fundamentada nessa reflexão que começamos nossa prática na Escola de 2º Grau Senhor do Bonfim.

Ao iniciarmos nosso trabalho entre outros, ressaltamos os seguintes aspectos:

- A necessidade de uma integração da Escola Normal com a Escola de 1º Grau.
- O compromisso dos que fazem a Escola Normal com o trabalho de formação de novos profissionais do Magistério.
- O aluno conhecer a realidade do campo de trabalho em que ele irá atuar quando se tornar profissional.
- O aluno fornecer com base nas observações sobre a realidade vivenciada, subsídios aos professores para fundamentar planejamento curricular.
- O professor verificar na prática docente, a necessidade de uma fundamentação teórica para a aplicação no exercício de sua profissão.

Dando continuidade aos trabalhos apresentamos o objetivo do ensino de 2º grau: "destina-se a formação integral do adolescente e tem como objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de sua potencialidade como elemento de alto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania". (Lei 5692/71).

- Na perspectiva de formação do professor dotado de consciência crítica, esses dispositivos legais devem significar:

- Consciência pessoal.

Capacidade de:

- Sistematizar a experiência
- Potencializar a prática
- ? • Dimencionar valores
- Compreender-se como um Ser Indivíduo

- Consciência social.

Capacidade de:

- Convivência humana
- Mudanças de transformação:
- Reconhecimento das consequências sociais que advêm da opção individual pela participação.

- Consciência Científica.

- Busca de conhecimento, de tecnologia.
- Capacidade de compreender:
 - O papel da Ciência no processo de desenvolvimento.
 - A Ciência como um instrumento de preservação e de melhoria do ambiente.

- Consciência política.

Capacidade de:

- Visualizar conteúdos políticos nas nações humanas.
- Atuar em organização social.
- Compreender a participação política como um meio de se atingir o coletivo.

- Consciência histórica.

- Compreensão de que os motivos históricos ocorrem como consequência da ação humana.
- Comprometimento com os movimentos de humanização e de libertação.

- Consciência profissional.

- Demissão política da prática
- Competência técnica
- Capacidade de perseverança

- Consciência educacional

Capacidade de:

- Aprender com pessoas, com grupos
- Ensinar

- . Compreender a função da educação
- . Reconhecimento da relevância do papel do professor

Outro assunto abordado pelos participantes foi estudos de aperfeiçoamento e atualização de recursos humanos, numa perspectiva de educação permanente. Num intuito de transformar a escola como meio de articulação dos graus de ensino, e a integração com a comunidade, cuja finalidade é fundamentar a renovação que se pretende nos dois graus de ensino.

- Discussão em torno da validade dos conteúdos das diferentes áreas do currículo e apresentação de perspectiva de mudanças.

- Trabalho realizado em grupos organizados por áreas.

1º GRUPO: Professores da área de Comunicação e Expressão

2º GRUPO: Professores da área de Estudos Sociais

3º GRUPO: Professores da área de Ciências

4º GRUPO: Professores da área de Fun. da Educação

Uma vez realizada as atividades dos grupos trabalhou-se como 1º tema Diretrizes Pedagógicas para tal adotamos as seguintes metodologias: exposição dialogada e discussão em grupo em torno das propostas de mudança: Quais? Por quê? Para quê? Impasses? Benefícios?.

Conclusão dos grupos sobre esses questionamentos propostos

- Quais as mudanças?

- . Mudança de mentalidade e comportamento dos que fazem a escola .
- . Mudança de programa (Conteúdos e metodologias direcionadas para as séries iniciais).
- . Mudança na sistemática de acompanhamento da Delegacia à Unidade Escolar (a coordenadora do Ensino Normal de supervisora encarregar-se-ão de orientar os professores quanto as diretrizes Pedagógicas).
- . Mudança no calendário escolar (um dia mensal considerado letivo para reuniões pedagógicas).

- Plano Curricular.

Foram apresentadas as seguintes sugestões, conforme as seguintes "questões".

- Como fazer articulação da Escola Normal com a Escola de 1º Grau?
- Qual o papel da diretora na articulação da Escola Normal com a Escola de 1º Grau?
- Qual o papel da diretora em relação ao plano curricular?

- Sugestões apresentadas:

▼ Como fazer?

- Através de reuniões de supervisores do ensino de 1º e 2º grau com a participação dos professores da Escola Normal nos treinamentos de 1ª e 2ª séries promovida pela DERE.
- Havendo entrosamento entre diretores, supervisores e professores, desde o início do ano para fazerem planejamentos conjunto e tomarem decisões globais.

▼ Qual o papel da diretora?

- Participação ativa, direta e imediata em todas as atividades que se relacione com o que há em comum entre os cursos de 1º e 2º graus.
- Apoio aos trabalhos dos supervisores e professores dos cursos de 1º e 2º graus.
- Bom relacionamento com os diretores de 1º grau.
- Incentivo aos professores da necessidade de aperfeiçoamento contínuo.

- Quanto ao plano.

- Planejamento conjunto entre os diretores, supervisores e professores.
- Inclusão no programa do curso pedagógico dos conteúdos das séries iniciais.

C O N C L U S Ã O

Neste trabalho que não acabamos de realizar porque educação não acaba nunca, mas que demos o 1º passo na história de sua realização, tomamos consciência de ser educador exige de cada um de nós uma consciência crítica de si mesmo e não um dar-de si, mas um dar-se total pela causa.

Ao realizar os trabalhos podemos concluir que houve uma sequência dos trabalhos no decorrer do estágio, oportunizando assim aos professores uma realização de suas atividades dentro de um tempo adequado.

Observamos também que ocorreram aspectos positivos e negativos como em todo e qualquer trabalho. Aspectos positivos: maior conhecimento para os professores, troca de experiências durante os encontros, utilização de uma metodologia de trabalho que oportunizou aperfeiçoamento dos temas abordados e elaboração de um plano de trabalho envolvendo toda comunidade escolar. Aspectos negativos fuga dos temas a serem explorados e extensão na abordagem do assunto, falta de horário para a realização do trabalho, comodismo de alguns professores se negando a colocar as suas habilidades a serviço das atividades educativas.

Avaliando o estágio como um todo, observamos ainda outros pontos que merecem destaque: a presença marcante da diretora que trouxe muita compreensão e abertura, experiências práticas relacionadas ao processo do ensino-aprendizagem. A presença dos professores que foi também de grande valia para o êxito do trabalho. Tempo insuficiente para redefinição de uma proposta curricular (replanejamento). Planejamento direcionado para as séries iniciais, maior preocupação com a avaliação, auto-confiança, humildade e desejo de crescer dos professores como também a falta de consciência profissional e de engajamento com a causa da educação.

SUGESTÕES

- . Que haja visita da coordenadora à escola.
- . Que após o estágio, as estagiárias não abandonem por completo a escola, para que haja uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos por ela, já que ^{nas} nossas escolas de 2º grau não há supervisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

R E F E R Ê N C I A S B I B L I O G R Á F I C A S

- Proposta curricular, volume 6.
Secretaria de Educação do Estado do Ceará;
Departamento de Apoio Técnico;
Departamento de Ensino do 2º Grau.
1984.
- Sugestões para elaboração de planos.
Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba
9º CREC - Equipe de Supervisão Educacional.
- Diretrizes e Normas para o Ensino de 1º e 2º Graus.
Departamento de Ensino
Departamento de Apoio Técnico
Secretaria de Educação do Estado do Ceará
1984.
- GADOTTI, Moacir - Educação e Compromisso.
São Paulo, Papirus.
1985.
- TÁVORA, Artu da -
Mensageiro do Coração de Jesus
Edições Loyola - São Paulo
1983.
- Revista Mundo Jovem - 146.
Editado pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul,
(Pontifícia)
1983.

A N E X O S

PLANO DE AÇÃO

Justificativa:

Promover educação que atenda às necessidades, aspirações, idéias do aluno e da sociedade, contando com os recursos que dispomos foi um desafio imposto pela Lei 5692/71, na busca de soluções dos problemas da Educação Brasileira.

Partindo destes raciocínios, torna-se necessário, um cuidado todo especial no que diz respeito a formação dos recursos humanos, sobretudo em relação ao professor de Ensino Normal que constitui a base de todo processo educativo, daí porque a habilitação do professor pedagógico, dentre as demais merece um destaque todo especial, haja a visto necessidade de um fundamento teórico e / ou treinamento em serviços, que se inverte de tal importância, não só pelo caráter de sua função, / mas sobretudo pela sua abrangência, assim sendo desejaríamos que os professores do pedagógico se incumbissem da necessidade/ de utilizar, na elaboração dos seus Planos de Curso, os roteiros programáticos que ora trabalhamos.

Objetivo:

-Conscientizar o professor, quanto a utilização da Proposta Curricular e, a importância da aplicação de / técnicas de ensino como melhoria do processo aprendizagem

-Mostrar ao professor a importância de seu papel como agente transformador do processo social.

Problema:

Professores sem habilitação para lecionarem as disciplinas do 2º grau. (curso Normal)

M E T O D O L O G I A D O T R A B A L H O

Atendendo às necessidades da prática realizada na Escola de 2º Grau Senhor do Bonfim, definimos roteiros programáticos das constantes do Plano de Ação, valendo-me para tanto, do seguinte roteiro de trabalho:

- 1- Relatório do encontro pedagógico;
- 2- questionários;
- 3- debates;
- 4- estudos de textos mimeografados;
- 5- estudo da proposta curricular;
- 6- elaboração de planos;
- 7- reuniões;
- 8- avaliação dos trabalhos.

Houve, portanto, uma sistemática de trabalho, através / de acompanhamento direto e indireto, junto aos professores. Foram/ programadas 3 reuniões com o pessoal envolvido, porém, realizaram-se muitos outros, por necessidade de fazer-se um sério trabalho de compatibilidade nos Roteiros Programáticos dentro de cada área de/ estudo, observando a integração horizontal e vertical, até alcançar-se o mínimo de desejado na qualidade de trabalho que desenvolvemos.

Avaliação:

- ..Integração dos grupos.
- . Participação.
- . Capacidade de Síntese.
- . Capacidade de interpretação
- . Exposição oral e escrita.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- Proposta Curricular do Ensino de 2º grau (Magistério)
Secretaria de Educação do Estado do Ceará.
Departamento de Apoio Técnico - Serviço de Supervisão
- Diretrizes e Normas Para o Ensino do 1º e 2º Graus,
Secretaria de Educação.

PAUTA DE REUNIÃO

Colégio e Escola Normal Senhor do Bonfim.

Reunião com, Diretora, Professores e Alunos.

Data: 09 de setembro de 1.985.

Q U E S T I O N Á R I O

Objetivo: Informar a respeito do meu desempenho face ao estágio supervisionado.

- Colher informações, tendo em vista a realização do trabalho.

E S T R A T É G I A

- Conversa informal com a diretora e professores.
- Questionamentos referentes as dificuldades encontradas pelos professores quanto ao desempenho de suas atividades.

Questionamento referentes a participação e dificuldades encontradas pelos alunos quanto as disciplinas estudadas.

P A R T I C I P A N T E S

- Estagiária
- Diretora
- Professores
- Alunos

QESTIONÁRIOS

P E R G U N T A S

- 1- Como é desenvolvido o trabalho da diretora?
- 2- Quais as maiores dificuldades que o administrador encontra face ao desempenho de seu trabalho?
- 3- Que tipo de assistência a senhora dá aos professores?
- 4- Como são realizados os encontros entre diretores e professores?
- 5- Que tipos de atividades são desenvolvidas nesses encontros?
- 6- A senhora gostaria de receber alguma orientação (ou ajuda)?

Quais?

Q U E S T I O N Á R I O

Objetivo: Colher informações proporcionais a atuação dos professores no processo ensino-aprendizagem.

I D E N T I F I C A Ç Ã O

Escola:

Data:

Nível de Escolaridade

Disciplina que Leciona

P E R G U N T A S

- 1- Como é o seu relacionamento com os alunos?
- 2- Com relação ao planejamento, você se orienta pelo currículo?
- 3- Quanto ao emprego dos conteúdos você segue rigorosamente o Programa? ou procura atender as necessidades dos alunos?
- 4- Que metodologias são utilizadas em suas aulas?
- 5- São utilizados recursos materiais na aplicação dos conteúdos? Quais.
- 6- Há fontes de pesquisas que facilitem os trabalhos individuais e grupais dos alunos?
- 7- Como você avalia os alunos? Quais os tipos de avaliação empregadas por você?

- 8- Quais as dificuldades encontradas em sala de aula?
- 9- Você já participou de algum seminário ou luta em pró da melhoria da educação?
- 10- Você acredita que é necessário o serviço de supervisão na escola de 2º Grau? Justifique sua resposta.

Q U E S T I O N Á R I O

- 1- Você julga importante o bom relacionamento, entre professor e aluno, para que haja uma aprendizagem satisfatória?
- 2- Quanto as disciplinas estudadas, quais as que você sente dificuldade? Por que?
- 3- Qual a sua opinião sobre a nossa educação atual?
- 4- Quais as mudanças que deve ocorrer na escola em relação à educação?
- 5- Você é uma aluna que tem participação em aula?
- 6- Os métodos de ensino satisfazem as suas necessidades / de educanda?

T E X T O S

O ANIMAL QUE APRENDE

Sabemos que o homem é o animal que aprende. Não há dúvida de que os animais também podem fazê-lo. Só que o homem não percorre sempre as mesmas trilhas, os mesmos sulcos, os mesmos estereótipos. Ele sabe, quando chega a um determinado ponto, que aquilo não está dando certo e recua em sua trilha para alcançar um ponto que o leve por caminho mais acertado. Acontece muitas vezes, que por mais que esteja claro que aquela forma de ensinar ou estudar não está dando certo, se continua persistindo no erro, repetindo os mesmos equívocos, sancionando os mesmos desvios.

A primeira coisa a fazer, diante de um aluno, é mostrar o que está acontecendo no mundo de hoje e como é difícil sobreviver ou chegar a um ponto positivo sem um lastro de preparo, de informações de conhecimentos. Pouca gente se informa, devidamente, sobre algo de básico fundamental do mundo em que vivemos. Centenas de milhões de pessoas estão percebendo as transformações fundamentais que estão ocorrendo diante de seus olhos. O pior é que estão tão condicionados à diferença e a mesmice que não fazem a menor questão de esclarecer suas dúvidas, tentando desvendar o que se passa. E a maioria está convencida de estar em dia com tudo, está a par das coisas enquanto em sua vida e em seus atos demonstra exatamente o contrário. Procure saber de seus alunos se estão aprendendo mesmo. As mães aflitas se queixam de seus filhos não se interessarem pelo estudo que vivem desatentos e defasados fora da realidade. Basicamente ninguém lhe ensinou a bela arte de aprender.

III - DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

O insucesso escolar das crianças das classes populares que, no Ceará, atinge índices alarmantes, tem sido uma preocupação constantes / dos professores, especialista e responsáveis governamentais pela Educação/ do Estado.

para resolver tal problema, vêm-se propondo como solução um leque de iniciativas que abrange desde a merenda escolar, condições físicas de aparelhamento do prédio, passando pelo atendimento psicológico até à educação pré-escolar, predendo-se, preoritariamente, ao treinamento dos recursos humanos.

A mera constatação dos fatos leva os educadores a estabelecerem uma correlação entre o fracasso escolar e a classe social da criança - aptidões verbais, intelectuais, psico-motoras, sócio-afetivas e culturais.

A pretensão generalizadas de determinar as causas da não-aprendizagem destas crianças passa do presuposto "de que elas não aprendem devido a problemas inerente da própria condição de classe que os torna incapazes de responderem satisfatoriamente às situações escolares.

Tais concepções torna necessariamente às soluções educacionais/ de tipo compensatórias (citadas acima), não numerosas quanto caras e mal sucedidas.

Os Encontros Regionais de Educação e Zonais de Educação de 1º e 2º Graus, além dos estudos e discussões das equipes de revitalização do/ Ensino Normal, Supervisão e Orientação Educacional que se vem sistematicamente realizando, têm-se encaminhado no sentido de demonstrar que não é só a classe social, a responsável pelos atrasos escolares do aprendiz da Escola Pública. Tais atrasos, teriam, de fato, diversas dimensões escolares e extre-escolares.

Procurou-se nesses encontros, construir uma proposta didática/ integrada e articulada entre os diversos graus e modalidades de ensino, a partir de mecanismos de organização acionados no âmbito da escola como a seguir se descreve.

1 - ENSINO PRÉ-ESCOLAR

1.1 - OBJETIVOS

A Educação Pré-Escolar visa ao desenvolvimento global,

e harmônico da criança, procurando atender aos seus interesses e necessidades básicas.

1.2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação Pré-Escolar fundamenta-se na Lei 5692/71, nos artigos seguintes:

- Art. 19 § 2º: "Os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes

- Art. 61: "Os sistemas de ensino estimularão as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de 7 anos a organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda ao Ensino de 1º Grau.

Apoia-se, outrossim, nos documentos legais a seguir:

- Parecer nº 2.321/75-CFE, relatado pelo Concelheiro Paulo Nathanael e aprovado em 02/07/75, dispõe quanto à implantação de programas antecipatórios da escolarização regular que atendam a crianças com menos de 7 anos, portadoras de carências.

"Esses programas, que devem atingir principalmente às crianças de faixa etária inferior a 7 anos, que tenham carências de várias naturezas, poderão ser tidos como parte integrante do Ensino de 1º Grau".

Resolução nº 165/81 - Consolidação das Normas de Conselho de Educação para o Sistema de Ensino do Ceará, que faz recomendações sobre a Educação Pré-Escolar, nos capítulos II, III, IV / V, VI.

- Art. 121 - "O currículo do Ensino Pré-Escolar será flexível, adaptado ao nível local e traduzido em atividades reais, concretas, globais e familiares à criança, atendendo, prioritariamente, ao seu desenvolvimento emocional, relacionamento social/ e afetivo, às características de idade e peculiaridades individuais".

§ 1º - "Farão parte obrigatoriamente do currículo do Ensino Pré-Escolar as atividades relacionadas no Art. 7º da Lei 5692/71".

4 2º - "No currículo do Ensino Pré-Escolar, onde o atendimento/ se faz desde o maternal, recomenda-se para as crianças de 6 //

anos, a adoção de objetivos que visem a`iniciação mais próxima nas atividades de leitura e escrita, sem prejuízo das que lhe são próprias".

A proposta curricular do Ensino Pré-Escolar está contida no boletim pedagógico nº 8, Secretaria de Educação.

1.3 - PLANEJAMENTO MENSAL

- No sistema formal - é desenvolvido por supervisoras, em ação conjunta com o professor. Tem base na proposta curricular da / Secretaria de Educação e é elaborado mensalmente. É subsidiado com a realidade ecológica local. Dá-se ênfase às atividades executadas com material de sucata.

- No Sistema Informal - é desenvolvido pela integração das atividades de técnicos e visitantes juntos a equipes de 4 a 5 monitores.

As atividades planejadas são acompanhadas semanalmente pelos / visitantes pedagógicos, previamente preparados.

Obs: Os atendimentos informais, OLE - OLÁ e PROAPE, recebem assistência através de acompanhamento sistemático semanal, de visitantes pedagógicos, preparados e orientados através de treinamentos mensais por técnicos da 1ª DERE e da Secretaria de Educação.

2 - ENSINO ESPECIAL

2.1 - Área da Deficiência Mental

As classes especiais destinam-se às crianças e aos adolescentes, após triagem, conforme os critérios e características específicas que os recomendam para o atendimento nessas classes. O tipo e o grau de excepcionalidade, bem como as características acima referidas, deverão ser comprovadas preferencialmente por profissionais especializados, conforme encaminhamento pelo órgão técnico das Delegacias Regionais ou da Secretaria de Educação, mediante diagnóstico multidisciplinar ou, na ausência / deste, psico-pedagógico ou, (Capital)

As classes especiais têm como finalidade proporcionar aos deficientes mentais educáveis, programas educacionais e métodos // adaptados ao seu nível. Os alunos dessas classes deverão, sempre que possível, realizar o maior número de atividades em con

junto com os alunos de classe comum.

A composição das referidas classes se fará com alunos de ambos os sexos, na faixa etária de até 16 anos, considerando-se os / aspectospsico-pedagógicos, grupados em números de até 15 alu - nos por classe, tendo como regente uma professora especializa- da em Deficiente Mental.

A matrícula será realizada pela professora da pela professora/ da referida classe, conforme orientação e controle da seção // competente das delegacias de Educação ou Coordenação de Educa- ção Especial, na falta do órgão intermediário, no período cor- respondente à matrícula do ensino regular.

A carga horária semanal obedecerá o regime do ensino regular,/ previsto no calendário escolar (4h/a diárias).

Todo planejamento para Classes Especiais será baseada na Pro - posta Curricular para Deficiente Mentais Educaveis do Centro / Nacional de Educação Especial-CENESP/MEC, adaptado à realidade local.

O planejamento será feito em conjunto com os professores do En - sino Regular.

Ao atingir 14 anos, os alunos deverão ser encaminhados para as Oficinas Pedagógicas, a fim de serem iniciados no treinamento/ profissionalizante, permanecendo, no outro expediente em clas- se especial, ou serem reintegrados no ensino regular quando // comprovada condição psico-pedagógica satisfatória.

A criação ou extinção de classes especiais obedecerá critérios pré-estabelecidos pelo órgão central componente, em consonân - cia com as diretrizes vigentesno regulamento interno desta Se - cretaria.

2.2 - ÁREA DA DEFICIÊNCIA FÍSICA

Os alunos portadores de problemas físicos, sem outros compro - mitimentos, deverão frequentar classes regulares com algumas / modificações, no que diz respeito a recursos físicos e a equi- pamentos. E os que apresentarem outros comprometimentos, deve- rão ser apresentados à seção Educação Especial - 1ª DERE, para o devido encaminhamento.

Os alunos deficientes físicos que frequentam ou não o ensino /

regular, deverão ser cadastrado na Coordenação de Educação Especial, para o recebimento de material didático.

2.3 - ÁREA DE DEFICIÊNCIA USUAL

Os alunos deficientes visuais deverão preferencialmente ser matriculados em salas de ensino regular, participando de todas as atividades escolares, inclusive Educação Física e Desportos.

Para acompanhar estes alunos, haverá uma professora itinerante / (especializada no Sistema Braille) que os acompanhará nas transcrições de seus trabalhos e na adaptação de material, reforço, / etc... com o objetivo de:

- . Estimular a criatividade
- . Avaliar e desenvolver a capacidade de expressão através dos // sentidos remanecentes
- . Orientar e verificar a ampliação dos recursos na integração do aluno D. V.
- . Levar o educando D. V. a valorizar suas próprias formas de expressão, evitando uma apreciação puramente visual
- . Assessorar o trabalho do professor de classe comum na adaptação do material e atender ao aluno D. V. nas necessidades específicas.

Cada classe comum deverá receber até 2 alunos deficientes visuais a fim de facilitar o trabalho de acompanhamento e sua integração.

O atendimento aos alunos deficientes visuais também é realizado/ a partir de 4 anos de idade no Instituto de Cegos Dr. Hélio Góes Ferreira, a nível de Pré-Escolar e séries iniciais de 1º Grau, / com professores e técnicos especializados, que remanejam, logo / que se faça necessário, alunos para o ensino regular.

Os alunos deficientes visuais que frequentam ensino regular - séries terminais - 2º e 3º graus - deverão ser cadastrados na Coordenação de Educação Especial para o devido recebimento de material específico de apoio ao sistema Braille, através das Delegacias Regionais de Educação.

2.4 - ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O atendimento aos alunos deficientes auditivos que apresentam //

perda de audição em grau que impeça a percepção da voz humana, é realizado em Fortaleza, a partir dos 3 anos de idade, no Instituto Cearense de Educação dos Surdos-Mudos, utilizando métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para aquisição, correção e desenvolvimento da linguagem.

Os alunos que, embora com perda de audição, podem perceber a voz humana, apresentando apenas dificuldades de compreensão da mensagem e / de expressão oral, sempre que julgado conveniente, serão encaminhados às salas de recursos ou ensino regular.

As aulas de recursos obedecerão a regime e carga horaria normal, conforme o calendário da escola.

Todo planejamento para atendimento do deficiente auditivo será realizado com base na proposta curricular para D. A. do CENESP/MEC adaptado à nossa realidade.

A carga horária semanal a ser cumprida obedecerá à mesma estabelecida pelo ensino regular, inclusive as Oficinas Pedagógicas.

A matrícula para deficientes auditivos obedecerá a critérios pré-estabelecidos pela CEEs/DEN e será realizada, por pessoas especializadas, sendo que classes especiais e/ou salas de recursos, deverão ser compostas de, no máximo, 8 alunos e as classes de pré-escolar compostas de 6 alunos.

3- ENSINO DE 2º GRAU

3.1 Ensino Normal

Consoante posição assumida pelos participantes do II encontro de Escolas Normais, para efetivar-se a transformação curricular do Curso / Normal, necessitaria a U. E. ressaltar os seguintes aspectos:

- promover a integração (urgente) da Escola Normal com a Escola de 1º Grau;
- iniciar o estágio a partir da 1ª série com a finalidade de:
 - o aluno perceber, já no início do curso, suas tendências vocacionais;
 - O aluno fornecer, com base nas observações sobre as realidades // vivenciadas, subsídios aos professores para fundamentares no planejamento curricular;
 - o aluno verificar na prática docente, a necessidade de fundamentação teórica para a aplicação no exercício de sua profissão;

- incluir no currículo, na formação de professores para a Educação Pré-Escolar e Supletiva de 1º Grau;
- considerar, na perspectiva de formação do professor dotado de / consciência crítica, os aspectos:
 - consciência pessoal (ser individual);
 - consciência social (com vivência humana);
 - consciência científica (conhecimento/tecnologia);
 - consciência política (ações humanas/conteúdos políticos);
 - consciência história (História / ações humanas);
 - consciência profissional (competência técnica);
 - consciência educacional (papel do professor).

Em síntese, o trabalho de reformulação curricular tem por objetivo preparar o normalista para:

- ser um alfabetizador;
- exercer o magistério de forma consciente comprometida com a realidade do aluno;
- ser competente criativo e dedicado;
- ser socializado, politizado e dinâmico.

QUANTO AOS CONTEÚDOS:

a) Na área de comunicação e expressão

- gramática funcional aplicada;
- conteúdos linguísticos: psico-sóciolinguístico fonética e fonologia;
- literatura infantil.

b) Na área de estudos sociais:

- utilizar literatura atualizada que registre os "avanços" da História e da Geografia;
- discutir as mudanças sociais e a atuação do homem no espaço geográfico e no curso da história;
- enriquecer a biblioteca do colégio com livros e outros materiais didáticos que facilitem o estudo da História e Geografia;
- incentivar a pesquisa e orientar a consulta bibliográfica.

c) Na Área de Ciências e Matemática

Nas 1ªs e 2ªs séries, os conteúdos das ciências Físicas e Bio

lógicas, inclusive programa de saúde, deverão ser direcionados para os conteúdos das séries iniciais do 1º Grau. Em Matemática manter o mesmo conteúdo do 1º ano, desenvolvendo-o e completando-o / até o 3º ano. Nessa disciplina colocar 3 aulas no 1º Pedagógico e 2 no 2º ano.

d) Na área de Didáticas Especiais:

O planejamento e os conteúdos das didáticas Especiais devem ser / trabalhados associados aos conteúdos das disciplinas e séries pedagógicas, para que a normalista, ao mesmo tempo em que adquire / os os conhecimentos, observe como o professor aplica a Didática .

e) Na Área de Fundamentos da Educação:

Os conteúdos desta área abordar temas do âmbito geral da Educação voltados para a realidade histórica e presente, refletindo, questionando e analisando propostas de solução.

QUANTO AO ESTÁGIO

- constar de: observação na 1ª série, na 2ª, participação e na 3ª regência;
- envolver todos os professores, no acompanhamento ao estágio -em momentos comuns de encontros;
- promover melhor articulação com as Escolas de 1º Grau.

QUANTO A METODOLOGIA

- desenvolver técnicas que levem à praticidade;
- integrar os conteúdos dos textos, com outras áreas;
- aplicar o método indutivo, de modo que o aluno chegue, com a ajuda do professor à elaboração de conceitos próprios.

3.2 - OUTRAS HABILITAÇÕES

Na Capital do Estado os Encontro de Integração Escolar - 2º Grau - vêm corporificando novas expectativas sobre a prática escolar no / 2º Grau.

Avaliando-se no momento atual, o 2º Grau está curricularmente organizado de modo a gerar nas famílias dos alunos expectativas tais como:

- . acesso a empregos de maior prestígio e salário;
- . acesso a universidade;
- . acesso a uma formação geral que permita maior nível de participação social.

Nessa perspectiva, contudo, a escola para o trabalho é aquela que produz para um mercado de trabalho inexistente e flutuante e que/por isso mesmo, perpetua uma situação social injusta.

Com a Lei 7044/82 - 10 - 82, o ensino profissionalizante perde o seu caráter de obrigatoriedade, tornando-se opcional, caracterizando-se sobre tudo, pela preparação para o trabalho. Poderá ser tratada como disciplina específica ou interdisciplinar, permeando as diversas disciplinas desse grau de ensino.

Recomenda-se, contudo, que as Delegacias reunam administradores, técnicos e professores em seminários, mesas redondas e outras formas de encontros que ensejem discussões em torno dos cursos de 2º grau, abordando os seus objetivos, conteúdos, programação curricular, técnicas e metodologias, à luz do que estabelece essa nova / lei.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- Diretrizes e normas de ensino de 1º e 2º grau.
- Departamento de Ensino e Departamento de Apoio Técnico.
Secretaria de Educação.

EDUCAR NOS TRÊS TEMPOS:
PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Eu educo hoje com valores que recebi ontem para pessoas que são o amanhã.

Os valores de ontem, os conheço. Os de hoje percebo alguns. Dos de amanhã não sei. Se só uso os de ontem, não educo: condiciono. Se só uso os de hoje, não educo: complico. Se só uso os de amanhã, não educo: faço experiências às custas // das crianças. Se só uso os três, sofro. Mas educo. Por isto /// educar é perder sempre, sem perder-se. Educa quem for capaz // de fundir ontens, hoje e amanhãs, transformando-os num presente, onde o amor, eo livre arbítrio sejam as bases. Educa quem educará porque capaz de dotar os seres dos elementos de interpretação dos vários "presentes" que lhes surgirão repletos dos "passados" em seus "futuros".

Artur da Távola.

O QUE É BÁSICO NA ESCOLA BÁSICA?

Definir claramente o papel da escola elementar no processo de democratização da sociedade brasileira, esta é a preocupação central/ da palestra de Dornival Saviani, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisador nacional e internacionalmente co- nhecido. Em sua reflexão sobre o ensino básico, Saviani salientou que a escola tem um papel próprio, específico nesse processo, como canal/ que permite à maioria da população o acesso ao saber elaborado, ao co- nhecimento científico. E é esse o papel fundamental na democratização

Hoje o discurso sobre o processo de democratização é consenso na sociedade brasileira.

Assim sendo, uma questão logo se coloca: como pode o educador escolar participar do processo de democratização? No seu cotidiano, / em sua labuta diária nas salas de aulas de 1º grau, de que forma os / professores contribuem para fazer avançar esse processo? Foi a partir dessas questões que Saviani desenvolveu sua palestra.

"Para desenvolver melhor essa reflexão é preciso explicar a / função que é própria da escola; sem ter isso claro, como saber que es- tamos realizando a função que lhe é própria? Como poderemos contribu- ir para o desenvolvimento do processo de democratização através de // atuação especificamente escolar?

O ACESSO AO SABER ELABORADO

"A escola é uma instituição que tem o papel de socializar o / saber elaborado. Vejam bem., eu disse SABER ELABORADO; não se trata de qualquer tipo de saber. Na instituição escolar se tem acesso ao conhe- cimento sistematizado e não ao conhecimento espontâneo, ao saber ela- borado e ao saber fragmentado, à cultura erudita e não a cultura popu- lar. Em suma, a escola tem a ver com a ciência e não com senso comum. E a escola elementar existe para permitir que se adquiram os instru- mentos que possibilitam aos alunos o acesso ao saber elaborado, à ci- ência. Através desses instrumentos, a escola elementar deve fornecer/ ao aluno uma iniciação, os rudimentos desse saber.

O saber elaborado, a cultura erudita, é um conjunto de conhecimentos letrados e, portanto, para se ter acesso a eles é preciso aprender, antes de mais nada, sua LINGUAGEM, que é a linguagem dos NÚMEROS, das PALAVRAS, e a linguagem da NATUREZA e da SOCIEDADE.

"Esse é o conteúdo fundamental da escola elementar: ensinar/ a ler, escrever, e contar, ensinar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história, geografia), que entram também / como elementos de fixação dos instrumentos básicos - que são a leitura, a escrita e a linguagem dos números.

"A essa altura, vocês podem estar afirmando: mas isso é o óbvio! Exatamente! É o óbvio. E é como frequentemente acontece com tudo que salta aos olhos, isso que é tão simples e óbvio acaba sendo / esquecido ou fica escondido, escapa à nossa atenção. Um esquecimento que pode neutralizar os efeitos da escola no processo de democratização".

CURRÍCULO MUITO AMPLIADO

Analisemos a questão a partir da noção de currículo: de uns tempos para cá, generalizou-se a idéia de o currículo é o conjunto / das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. É preciso ter // sempre isto claro e presente, pois, na medida em que tudo o que acontece na escola passa a ser curricular, deixa de existir o extra-curricular. E assim se perde a vista a atividade nuclear e essencial da escola, a transmissão dos instrumentos que possibilitam ao aluno/ o acesso ao saber elaborado. E se cai no reforça e atividades acessórias: semana de revolução, das mães, do índio, da asa, etc... Ora, é preciso ter claro que estas atividades - são secundárias e não essenciais à escola. E que só tem sentido quando enriquecem as atividades curriculares, as que são próprias da escola, sem nunca prejudicá-las ou substituí-las".

O CLÁSSICO NÃO É O TRADICIONAL

"Cabe agora uma questão: até que ponto uma concepção que estou esboçando não é a de uma proposta pedagógica tradicional?

Trata-se de voltar à velha escola, tão exaustivamente criticada? Onde fica a criatividade, a iniciativa dos alunos, o ensino efe-

tivo? Neste ponto, gostaria de citar Gramsci, pensador italiano que escreveu, no início da década de 30: "Deve-se distinguir entre a escola criadora e a escola nova (...). Ainda se está na fase romântica da escola ativa, na qual os elementos da luta contra a escola mecânica e jesuítica se dilataram morbidamente por causa do contraste e da polêmica: é necessário entrar na fase "clássica", racional, encontrando nos fins atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas".

"Às vezes, tenho a impressão de que, passados mais de cinquenta anos, nós continuamos a fase romântica da escola ativa. Não entramos na fase clássica. Clássico entendimento como o que resiste ao tempo. Ora, clássico na escola é a transmissão do saber elaborado, sua assimilação pelos alunos. Este é o fim a atingir. É a partir desta finalidade que cabe encontrar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades letivas, distribuídas no tempo e no espaço da escola".

A REPETIÇÃO E A CRIATIVIDADE

"Portanto, para que a escola exista não basta existir o saber elaborado. É necessário viabilizar as condições para sua transmissão e assimilação. Isso implica em dosar e sequenciar essa transmissão, para que a criança passe gradativamente a dominar esse saber. O saber dosado e sequenciado, para efeito de transmissão e assimilação no espaço escolar ao longo de um determinado tempo, é o que costumamos chamar de saber escolar.

"É preciso entender que nem toda transmissão de conteúdo é mecânica, nem todo mecanismo é anticriativo, nem automatismo é necessariamente negador da liberdade. É preciso entender que o automatismo é condição da liberdade, que não é possível ser criativo nem dominar determinados mecanismos. Isto é verdade para o aprendizado nas mais diversas atividades, seja para ler, contar, aprender e dirigir automóvel, a tocar determinado instrumento musical... só se é livre e criativo quando os automatismos foram fixados. Só se aprende de fato quando se adquire um hábito, uma espécie de segunda natureza. E isso exige tempo e esforços, por vezes ingratos..."

Ex: andar de bicicleta.

O PRINCIPAL É O ACESSÓRIO

"Adquirir um hábito significa criar uma situação irreversível. Para isso porém são necessárias persistência e insistência; é necessá -

rio repetir muitas vezes determinados atos até que eles se fixem . Não é por acaso que a duração da escola primária é fixada em todos' os países em pelo menos quatro anos. Isso indica que esse é o tempo mínimo necessário. Pode-se chegar a decifrar a escrita, a reconhecer os códigos em um ano... Assim como, com algumas lições práticas é possível dirigir um automóvel. Mas é o tempo e a persistência que geram o desembaraço no manejo, o domínio. E então a interrupção não implicará em reversão: será uma apredizagem possuída para sempre.

"Essas são questões fundamentais para se pensar e propor a articulação da escola elementar com o processo de democratização . Parece-me que se trata fundamentalmente de concentrar o essencial e vencer as pressões das mais diferentes ordens, que insistem no colocar em primeiro plano o que é necessário, secundário, deslocando o que é o principal".

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- Diretrizes e normas de ensino de 1º e 2º grau.
- Departamento de Ensino e Departamento de Apoio Técnico.
Secretaria de Educação.

EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO

O sistema educacional de um país é um prolongamento de sistema social e político. Em consequência, não poderá estar mais "atrasado" ou "adiantado" do que este. As contradições existentes na sociedade serão reproduzidas da mesma forma, no sistema educacional: o autoritarismo na educação será do mesmo teor daquela existente na sociedade.

O autoritarismo acentuado nos últimos 18 anos está presente no sistema educacional brasileiro, desde os primórdios da nossa educação. Pode-se dizer de certos dispositivos se inspiram na censura exercida sobre as escolas católicas pelo Santo Ofício.

Hoje, entretanto, o autoritarismo, apresentando-se, principalmente, sob a forma tecnoburocrática, parece inviabilizar o próprio sistema educacional. Ao mesmo tempo em que ele chega a esse ponto, cresce a consciência e a disposição de lutar contra ele entre professores e alunos.

Sobre esse tema podemos fazer diversas considerações:

1 - Não se pode ter uma compreensão exata do fenômeno do autoritarismo na escola e na educação em geral, sem uma referência a um contexto mais amplo, histórico-político. A política educacional do regime militar foi imposta autoritariamente como a totalidade da sua política. O caráter autoritário do regime fortaleceu o autoritarismo escolar.

O estado autoritário ao abolir, mais tarde, certos dispositivos autoritários, como o Ato institucional nº 5, não conseguiu abolir as suas consequências no sistema educacional. Temos Estatutos e Regimentos escolares tão ou mais autoritários do que o AI-5.

2 - O autoritarismo na escola é gerado principalmente pela legislação e pela burocracia.

Diretores de escolas existem que se sentem tão pressionados pela legislação e pela prática autoritária, que são incapazes de tomar decisões; nada decidem, sem antes solicitar autorização formal a uma autoridade superior (em geral o delegado de ensino). Existe um medo generalizado de assumir responsabilidade sem se esconder atrás das leis.

O legalismo é uma das faces do autoritarismo.

As reuniões autorizadas nas escolas são geralmente só aquelas destinadas às informações e comunicações do que já foi decidido em

instâncias superiores (a Secretaria de Educação). Qualquer outro tipo de reunião é constatemente impedido, mesmo aquelas reuniões que dizem respeito às questões dos professores. Quando essas reuniões são solicitadas fora do horário de trabalho, a desculpa é sempre a mesma: "quem ficará responsável pelo prédio?"

Tudo que se refere a ocupação do espaço físico e político da escola encontra sempre numerosas barreiras. Nada é facilitado. É difícil encontrar espaço para uma peça de teatro, a utilização de quadras esportivas, etc. Mas é mais difícil ainda para os professores e alunos formularem uma proposta educacional crítica. Tudo é subordinado às propostas emendadas da Secretaria de Educação e, quando se trata de programas curriculares, as propostas são subordinadas, muitas vezes, aos interesses comerciais de editoras.

3 - A tecnoburocracia como forma de autoritarismo.

A tecnoburocracia não só controla os aparelhos de estado e a organização, mas impõe crenças e valores: supervaloriza os planejamentos (controle) e o conhecimento técnico-organizacional, a hierarquia, a ordem, as estruturas, a impessoalidade, etc...

A tecnoburocracia evita o crescimento da educação como compromisso, comunicação, sensibilidade, cultura.

Todo o técnicoburocrata é conservador porque concebe as coisas e fenômenos estatisticamente, como funcionam hoje. Estabelece por isso normas fixas e abstratas, incrementa a manifestação e a uniformização, reduzindo as possibilidades de participação efetiva dos indivíduos nas decisões políticas.

Dois exemplos no interior da escola: o Centro Cívico e Conselho da Escola.

Os Centros Cívicos deveriam (como é a sua finalidade) proclamar, voltar-se para a organização e a participação dos alunos.

Entretanto, eles são orientados por um padrão único de funcionamento.

Muitas vezes são dirigidos por alunos designados pela direção da escola.

cola, e não por representantes livremente escolhidos nas classes. A única atividade criadora dos alunos, permitida dentro desta estrutura rígida, é a escolha do nome do Centro, que, mesmo assim, deve passar pelo professor da disciplina de Educação Moral e Cívica, pela direção da Escola e pela Delegacia de Ensino.

As finalidades acabam sendo disvirtuadas e, muitas vezes, esses centros tornam-se organizadores de festas para arrecadar fundos, como ocorre com as APMS (Associação de Pais e Mestres). /

Os Conselhos das Escolas (quando funcionam, que deveriam ter um caráter deliberativo a ser a instância máxima da escola, acabam, da mesma forma, tornando-se órgãos de caráter puramente consultivo.

Com a tecnoburocracia escolar, a "autoridade" do sistema // torna-se onipresente e difusa, freando o élan e a criatividade. O que predomina é a razão técnica, que adormece o entusiasmo e a espontaneidade.

A tecnoburocracia é uma forma de organização da sociedade, subtendida quando se fala em "planejamento", "modernização", "racionalização do trabalho", etc...portanto, os fundamentos da tecnoburocracia estão além do sistema escolar. Seus fundamentos são políticos e econômicos. Os tecnoburocratas não aceitam discutir esses fundamentos. Não aceitam discutir valores, finalidades, ideologias. Para eles, as ideologias são irracionais (a tecnoburocracia é racionalista), expressões de paixões e interesses.

O tecnoburocrata reconhece a existência de conflitos, de contradições. Sé que são considerados com defeitos técnicos, disfunções do sistema que predisa não revelar, mas camuflar, e, dentro do possível, integrar, no sistema recupera-los para estabelecer harmonias, a ordem, a segurança. A escola tem que ser uma comunidade harmoniosa, imutável. Todo e qualquer problema precisa ser equacionado e resolvido tecnicamente, administrativamente e não pedagogicamente.

A concepção tecnoburocrata leva os educadores a pensarem que o problema da educação é saber como é preciso fazer para ensi

nar e não como preciso ser para poder ensinar.

4 - Autoritarismo e controle.

Dentro dessa concepção de educação (é que a concepção imposta pelo governo hoje), o educador assume um caráter de agente do controle, defensor dos interesses do estado dentro da escola e não defensor dos interesses da população diante do estado. Como veremos, esse descompasso entre a proposta educacional imposta e os interesses dos alunos resultará em conflitos frequentes nas escolas, entre professores, alunos e direção.

Predomina a mentalidade da escola-empresa. Como empresa, ela deve atingir certos objetivos, através de certos meios. Existem padrões burocráticos a serem alcançados. Se o educador não consegue / alcança-los, isso é atribuído à "má administração ou à não aplicação das técnicas mais modernas". Evita-se, assim, relacionar concretamente a educação com a sociedade e perceber o quanto o rendimento escolar é condicionado pela origem sócio-econômico.

Na escola-empresa, o funcionamento da escola é medida em função dos resultados obtidos, confundidos normalmente com o preenchimento de todos os requisitos burocráticos. Interessa apenas a "quantidade, a execução rigorosa do planejamento, a disciplina instaurada o cumprimento dos horários, etc". Procura-se saber "se o aluno aprende", se "é comportado" (função técnica) e não "o que" aprende e "por que" aprende (função política).

Quando a escola não é vista como empresa, é vista como uma Igreja que é preciso manter através de donativos. Por isso se organizam festas, cermesses, rifas ou cobram-se taxas (o "dízmi") o dinheiro arrecadado não se destinam à educação dos alunos mais necessitados (como se vêm pregando), mas para consertar o prédio escolar, pagar merendeiras, serventes, etc.

5 - A liberdade na escola é um mito ou apenas uma semente, " que está brotando no interior da escola autoritária. Quase tudo está enquadrado bitolado. Tudo se move dentro de diretrizes, estatutos, regimentos, regualmentos, currículos, etc.

Existe um autoritarismo explícito, na medida em que existem cursos e atividades previstas, ostensivo quando o poder cansela disciplinas (em 1969, a psicologia, a sociologia e a filosofia do

2º Grau foram substituídas pela Educação Moral e Cívica), etc. Mas e xiste também um autoritarismo implícito quando se castra a criatividade, quando se estimula um comportamento uniforme, submisso e obdiente, preparando um futuro trabalhador para receber ordens e obdecer aos patrões.

6 - Uma palavra sobre antagonismo manifesta muitas vezes entre professores e alunos, isto é, entre alunos que se fecham de atitudes autoritárias e de professores que, em contrapartida dizem que sem "impor disciplina", sem "recorrer à nota", etc, não conseguem desempenhar o seu papel ou perdem o emprego.

Esse antagonismo existente na escola é apenas consequência do mal-estar gerado na escola, onde nem professores, nem alunos se sentem interessados pelo que aí se passa. Se a escola oferecesse realmente o que os alunos aí procuram, não haveria necessidade de recorrer à disciplina, a sanções.

O aluno perde o interesse de diante de disciplinas que nada têm a ver com a sua vida, com as suas preocupações, decora muitas vezes aquilo que precisa saber (de forma forçada) para prestar exames e concursos. Passadas as provas, tudo cai no esquecimento.

Como dizia Paul Singer "ninguém guarda informações que não se relacionam com suas necessidades práticas, sejam estas de caráter econômico cultural e emocional" (folha de São Paulo, 11/07/82). A escola autoritária esvasia-se de sentido, reduz-se a um combate estéril entre aqueles que precisam (por obrigação imprópria) ensinar um pacote de conhecimentos fossilizados e aqueles que rejeitam esses mesmos conhecimentos.

A escola vai, assim, se consumindo numa guerra surda e inglória

7 - Entretanto como a escola é um organismo vivo, não é a ilha de pureza sonhada pelos tecnoburocratas; a rigidez e a inflexibilidade de burocrata não impedem por muito tempo a invocação pedagógica. As contradições internas não podem ser totalmente absorvidas. Começa a aperecer a defasagem entre o apregoado e o realizado, entre o regimento, a legislação e a realidade, entre a escola burocrática e a escola crítica. Pouco a pouco, a escola descobre o seu potencial crítico, a sua capacidade de imobilização social e busca o apoio, não mais na burocracia estatal, mas na comunidade local e na sua própria

comunidade interna. Onde um esforço nesse sentido foi feito, está nascendo hoje uma nova escola.

A crise do modelo autoritário da educação não é apenas interna à educação. Com a reorganização crescente da chamada sociedade civil, pressionando o Estado, surge a necessidade de revisão desse "modelo". O Estado já não tem mais condições de impor uma nova política educacional.

O governo perdeu a legitimidade de suas propostas educacionais. Seguindo prática autoritária jamais usou o debate para elaborá-los. Ao contrário, utilizou-se da força para impô-los. Perdeu o apoio de estudantes e professores. O caráter autoritário e anti-popular de suas iniciativas acabou por dissolver completamente a pouca credibilidade que tinha diante dos educadores.

As propostas alternativas em educação surgem hoje da sociedade civil, dos educadores organizados, contra a política centralizadora e autoritária, eles propõem:

- a - mecanismo de consulta entre as escolas, entre estas e a Secretaria de Educação e entre esta e a comunidade;
- b - formar o educador que não se limite à atuação na escola, já que esta não é a única agência de formação e socialização. Formar o dirigente, isto é, o técnico e o político;
- c - escolher democraticamente os dirigentes das escolas, eliminando os "cargos de confiança";
- d - autonomia para as escolas organizarem suas atividades e programas com base nas necessidades sentidas pela população, reconhecendo que a educação que é consciência de direitos, só se adquire com liberdade com autodeterminação de fins. A educação só tem sentido na medida em que é concebida como ação, visando a participação e a autonomia. Educação é um processo de transformação do indivíduo e da sociedade. A escola não pode ficar isolada das lutas mais globais da sociedade;
- e - o dirigente escolar é um educador exerce uma função educativa.

A escola só mudará definitivamente com a mudança mais global da sociedade. Mas essa relação é dialética. Não mecânica.

Como diz B. Charlot (A mistificação Pedagógica, p. 237) :
"Os fins pedagógicos não são um reflexo passivo dos fins políticos, ainda que estes apresentem sempre um sentido pedagógico; é, portanto um erro esperar uma transformação da educação unicamente da

ação política, sem levar em conta as especificidades da situação educativa".

É possível fazer alguma coisa desde já. Ao lado da luta pela valorização da profissão e por melhores condições de ensino, os educadores lutam hoje pelo ingresso e permanência na escola daqueles que estão sempre à beira da exclusão. Os educadores tentam, mesmo sem o amparo do Estado, adaptar a escola às condições reais do nosso aluno.

Não é suficiente ensinar a ler e escrever. É preciso ensinar a falar.

Não se trata de enfrentar o autoritarismo apenas abrindo espaço para a participação e a comunicação. É preciso mutivar para a participação. Isso porque o regime domesticou grande parte da população, para a não participação. Arvorando-se em único intérprete dos interesses da sociedade, marginalizou sistematicamente toda população das decisões. Ao lado, portanto, do papel técnico de ensinar, o educador tem um papel político de mobilizar e organizar para a participação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

GADOTTI, Moacir, Educação e Compromisso. São Paulo, Papirus, 1985.

Sugestões para o planejamento dos professores do 1º e 2º graus, da rede oficial de ensino, do Município de Icó.

OBJETIVOS:

Oferecer oportunidade aos professores para repensar o planejamento, traçando as linhas básicas de sua ação, partindo da análise crítica da turma.

Passos:

I- Discutir e analisar as experiências de vidas no período anterior ao planejamento, incluindo as dificuldades detectadas.

II - Fundamentados no quadro das dificuldades, definir o plano por série, disciplina e Escola.

INSTRUÇÕES PARA TRABALHAR NO 1º PASSO:

a - Montagem do diagnóstico da turma como um todo, considerando as várias e específicas dificuldades evidenciadas nas diversas áreas de estudos, durante o período preparatório, incluindo os aspectos afetivos e sócio-intelectual.

b - Com base no diagnóstico, que é a "história da turma", contada por você professor e que resulta da convivência que você manteve com ela durante os 08 dias que antecederam ao planejamento, definir o que você pretende que seja o seu trabalho com esta turma e durante este ano, (próximo ano) as prioridades que tecnicamente resultam nos objetivos que você defende como indispensável.

Os objetivos deverão ser definidos de acordo com as expectativas que você professor tem, considerando a série, disciplina e a turma em que você ensina, o tipo de vida dos seus alunos, as dificuldades que a educação tem para eles, as dificuldades gerais da educação, os objetivos da Escola.

Vejamos em comunicação e expressão, que conteúdos você define como indispensável para que os seus alunos da 2ª série, turma X, aprendam durante este ano? Poderíamos pensar em conteúdos que permitissem aos alunos se comunicarem, falando e escrevendo a nível da 2ª série, isto é, que possam entender e serem entendidos, quer falando, vendo, ouvindo, lendo e escrevendo por aqueles que os rodeiam, a família, os amigos, os vizinhos e a Escola. Ora sabemos que os nossos alunos, conseguem estabelecer uma comunicação ao nível do seu ambiente, porque isto não acontece na Escola? Parece-nos que a escola vive noutro mundo, falando outra linguagem. Não seria interessante que ela oportunizasse ao aluno falar e escrever a sua história, as experiências vividas por eles dando assim uma finalidade objetiva e lógica ao estudo da língua, objeto de estudo da área de Comunicação e Expressão?

Com base nessas reflexões, oferecemos , à título de sugestões, o roteiro de trabalho que se segue:

ROTEIRO DE TRABALHO

1 - Relate a história de sua turma, considerando os seguintes aspectos:

- a - Nº de alunos, média de idades.
- b - Local onde moram.
- c - Condições de vida (renda, condições de trabalho, como ganham a vida).
- d - Experiências, necessidades, problemas maiores que infrentam, encontro de comunidade (saúde, habitação saneamento).
- e - Desempenho em sala de aula: atenção, participação, interesse, relacionamento.
- f - Nível de aprendizagem por componente curricular, com suas respectivas dificuldades:
 - Comunicação e Expressão
 - Matemática
 - Integração Social (Estudos Sociais)
 - Ciências (Físicas e Biológicas)
- g - Proposta de trabalho, tomando como referência a história da turma, enfocando os aspectos da área intelectual (conhecimento) e da área psico-social (emoções e relações sociais). - Montagem do Plano de Curso (ver sugestões folha 04).

Escola: _____

Professor: _____ Disciplina: _____

Série: _____

PLANO DE CURSO - 1985 (1986)

I - Justificativa: os alunos da turma "B" se apresentam com sérias dificuldades no que diz respeito às necessidades básicas.

São alunos de aspectos feios e doentios, tristes e aparentemente cansados. Têm dificuldades para fazer amizades, brigando com frequência o que dificulta um maior entrosamento, fazendo-se necessário muitas vezes, assumir posição autoritária para contê-los.

II- OBJETIVOS:

III - CONTEÚDOS:

IV - METODOLOGIA:

V - AVALIAÇÃO:

VI - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

/mao

04

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba.

9º CREC:

Equipe de Supervisão Educacional,